



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 197/2015
(Autoria do Deputado Fernando Scanavaca)

Inserção no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná do Dia
da Sukyo Mahikari, a ser celebrado
anualmente em 27 de fevereiro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do
Estado do Paraná o Dia da Sukyo Mahikari, a ser celebrado
anualmente em 27 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2015.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 300/2015
(Autoria do Deputado José Carlos Schiavinato)

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto Oportunizar, Esporte, Cultura e Educação para Desportos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Oportunizar, Esporte, Cultura e Educação para Desportos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 33/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 FEV. 2015

1º Secretário

SÚMULA: Institui no Estado do Paraná, a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro - Dia Nacional de Combate ao Câncer.

Art. 1º - Fica instituída, no Estado do Paraná, a Semana da Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer).

Art. 2º - Durante a referida semana, o Poder Legislativo promoverá eventos, palestras, campanhas e aulas, com a finalidade de mobilizar a população quanto aos aspectos educativos e sociais do controle do câncer.

Parágrafo único. Caso exista interesse por parte do Poder Executivo, os eventos, palestras, campanhas e aulas poderão ser organizados de forma integrada com o Poder Legislativo.

Art. 3º - A data instituída no artigo 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada anualmente no Estado do Paraná.

A semana escolhida tem incluído o dia 27 de novembro, já considerado o Dia Nacional de Combate ao Câncer, que foi criado em 1988 pelo Ministério da Saúde.

Através de palestras e atividades de valorização das pessoas portadoras de algum tipo de câncer, chama-se a atenção da sociedade em geral, sobre a necessidade de garantir a qualidade de vida e inclusão social das mesmas, conscientizando da importância de consultar médicos com frequência, cuidar da saúde, dando conhecimento à sociedade sobre a doença, e, principalmente, sobre como preveni-la.

O câncer é a segunda doença que mais mata as pessoas no Brasil, em especial câncer de pele. A epidemia global de câncer é grande, é uma doença que não conhece fronteiras, afeta ou afetará a todos nós, direta ou indiretamente, durante a vida.

Desta forma, contando com o reconhecimento desta importante instituição é que solicitamos a apreciação positiva pelos Nobres pares da presente proposição.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 33/2015

Projeto de Lei nº. 33/2015

Autor: Deputado Anibelli Neto.

Relator: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Institui no Estado do Paraná, a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Câncer.

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER. ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI FEDERAL 12.343/10, ART. 3º. REGIMENTO INTERNO, ART. 137, §2º. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer", a ser celebrada anualmente na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



semana que inclui o Dia Nacional de Combate ao Câncer, comemorado no dia 27 de novembro de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, ao Presidente do Tribunal de
Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e
aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos
projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a
qualquer membro da Assembléia, ao
Governador, dos Tribunais e ao Ministério
Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em
qualquer fase de sua tramitação. (grifo
nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos,
ressalvada a competência exclusiva do
Governador, dos Tribunais e do Ministério
Público, terão origem na Assembleia, sob a
iniciativa de qualquer Deputado ou
Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215,
caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos
direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus
cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à
valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.


§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.


Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 17 de Março de 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Péricles de Mello
Relator


APROVADO

24/03/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 33/2015

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei n. 33/2015, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Institui no Estado do Paraná, a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Câncer.

Art.1º Fica instituída, no Estado do Paraná, a Semana da Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer).

Art.2º A Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer tem como objetivo:

I - promover eventos, palestras, campanhas e aulas, com a finalidade de mobilizar a população quanto aos aspectos educativos e sociais do controle do câncer.

Art.3º A data instituída no artigo 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça








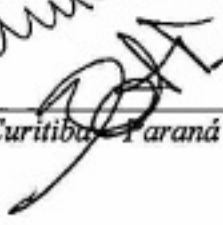
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de Março de 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Péricles de Mello
Relator

Francisohini







APROVADO



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/2015

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibelli Neto, institui no Estado do Paraná a semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna) a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Câncer.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo através de palestras e atividades de valorização das pessoas portadoras de algum tipo de câncer, chama-se atenção da sociedade em geral, sobre a necessidades de garantir a qualidade de vida e inclusão social da mesmas conscientizado da importância de consultar médicos com frequência.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.

DR. BATISTA
Presidente

Relator

Nelson Luiz



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 246/2015

Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Medianeira.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Medianeira, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.922,12 m², referente ao Lote Urbano nº 3 e suas benfeitorias, da Quadra nº 1 da Cidade de Medianeira, matriculado sob nº 14.144, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

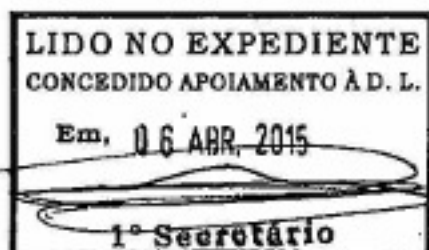
Nº015 /2015

Curitiba, 31 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em,

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Medianeira, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.922,12 m², referente ao Lote Urbano nº 3 e suas benfeitorias, da Quadra nº 1 da Cidade de Medianeira, matriculado sob nº 14.144, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em questão fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que retornará ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.090.505-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 246/2015

Projeto de Lei nº 246/2015 - *mensagem nº. 15/2015*

Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Medianeira.

EMENTA: O PODER EXECUTIVO AUTORIZA, ATRAVES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM, A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 e 65 DA CE. ARTIGO 17, I, b DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 15/2015, visa o Poder Executivo autorizar, através do Departamento de Estrada de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Medianeira. Imóvel construído de uma área de terra com 3.922,12 m², referente ao Lote Urbano nº3 e suas benfeitorias, da quadra nº1 da Cidade de Medianeira, matriculado sob. nº 14.144, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira. O referido imóvel fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais cabe analisar a possibilidade da cessão de uso sem os trâmites necessários para realização de licitação pública. Vejamos, então, o que o Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Ademais, verifica-se presente a cláusula revogando automaticamente a doação do imóvel em caso de utilização diversa, conforme artigo 2º, do Anteprojeto de Lei, dando exclusividade ao Município de Medianeira, conforme ditames da Lei de Licitações, no seu art. 17, anteriormente citado, §1º, senão vejamos:

§1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




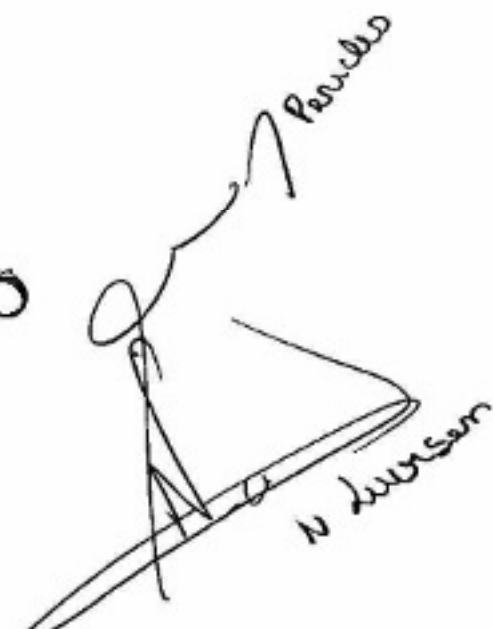
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de abril 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. ALEXANDRE CURI
Relator


Nelson Justus

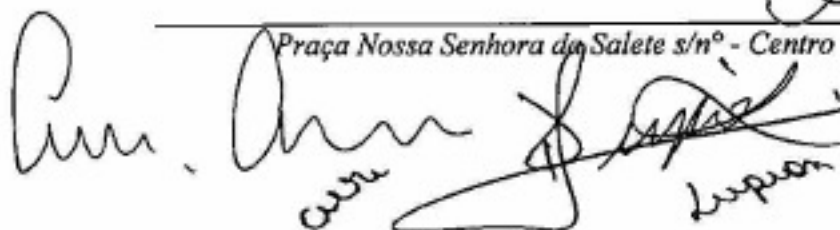
APROVADO
15.04.15


GILSON


Paulo Sérgio


Paulo Sérgio


Pastor


Alexandre Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/15

Projeto de Lei nº. 246/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Mensagem nº 15/2015 – Autoriza o Poder Executivo, através do DER, a efetuar a Doação do Imóvel que Especifica ao Município de Medianeira.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CESSÃO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 15/2015, que dispõe sobre a doação de imóvel que especifica ao Município de Medianeira, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 15 de abril de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua doação, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida doação, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.

No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento integral aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a propriedade e descrição do imóvel contido na mensagem de lei.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Dep. Estadual FELIPE FRANCISCHINI

RELATOR

Dep. Estadual TÍAO MEDEIROS

PRESIDENTE

Richards
Leitor